

Congresso derruba R\$ 2,5 bilhões do ajuste fiscal

Governo é derrotado ao tentar aprovar a MP que aumentava a contribuição dos servidores e taxava inativos; nova proposta segue em 99

Enio Vieira
de Brasília

O pacote fiscal do governo, calculado em R\$ 28 bilhões para 1999, encolheu em pelo menos R\$ 2,5 bilhões. Ontem, o Congresso rejeitou a Medida Provisória 1.720, que aumentava a contribuição previdenciária dos servidores públicos ativos e taxava aposentados e pensionistas.

Cálculos iniciais dos técnicos do governo apontavam que a mudança possibilitaria uma queda de R\$ 18 bilhões para R\$ 14 bilhões, no próximo ano, no déficit da Previdência Social do setor público. No total, a decisão parlamentar pode alcançar R\$ 11,3 bilhões em três anos — R\$ 2,54 bilhões no primeiro ano; R\$ 4,3 bilhões, no segundo; e R\$ 4,4 bilhões no terceiro ano.

Foi a primeira derrota do governo nas votações do pacote fiscal, deixando claro o descontentamento da base aliada com os rumos das negociações em torno da reforma ministerial.

Logo após o encerramento da vo-

tação, o porta-voz do presidente Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Amaral, fez um pronunciamento criticando fortemente o Congresso pela derrota do governo e dando mostras do grau de descontentamento do presidente. "É incompreensível que, no momento em que a comunidade internacional aprova um expressivo pacote de recursos adicionais ao Brasil para superar a crise ao menor custo, o Congresso não deu o seu apoio para o combate ao déficit fiscal que o Brasil tanto precisa."

Ele afirmou que com a queda da MP, o Brasil deixará de arrecadar

"É incompreensível que quando o Brasil recebe recursos internacionais, o Congresso não deu o seu apoio", diz Amaral

cerca de R\$ 2,5 bilhões. Como resultado, serão necessários cortes adicionais em obras e a redução nas transferências de recursos para estados e municípios. Amaral foi ainda mais longe ao falar dos efeitos da primeira derrota governista após a reeleição: "isso também vai atrasar a redução das taxas de juros que o País também tanto necessita para reduzir o desemprego."

Ao final, o porta-voz falou que o

presidente não abrirá mão do seu compromisso de reduzir o déficit público. "Portanto, ele vai reapresentar, no início do ano que vem, a mesma proposta ao Congresso."

O resultado foi recebido com espanto pelos líderes aliados. "Fiquei surpreso", afirmou o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), que presidiu a sessão conjunta da Câmara e do Senado. O governo perdeu logo na primeira votação entre os deputados e a sessão foi imediatamente encerrada pelo senador.

Eram necessários os votos de metade mais um dos 399 parlamentares presentes. Mas o resultado foi um placar de 205 votos contra 187, revelando que boa parte da base governista votou contra a MP, já que a oposição conta com apenas 100 votos. O governo deve enviar proposta semelhante ao Congresso no próximo ano, pois não é permitido um assunto derrotado ser votado em uma mesma legislatura.



Sérgio Amaral

Os líderes do governo fizeram uma série de concessões na tentativa de aprovar a MP 1.720. As pressões contrárias surgiram principalmente entre os parlamentares dos partidos aliados ao governo, como o PPB, porque o texto da medida dava uma série de interpretações. Mas as mudanças de última hora feitas no texto não convenceram a ba-

se governista. Minutos antes do fechamento da votação, o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) insistia para que fosse adiada a sessão.

"Como está o texto, não terei mais nenhum voto de aposentado. Nem do meu pai", disse a deputada Nair Xavier Lobo (PMDB-GO), que faz parte da base governista. Foi a terceira vez que o governo tentou criar a contribuição para servidores públicos inativos e saiu derrotado.

A oposição utilizou ontem a imagem das "viúvas sem aposentadorias" para barrar a aprovação da medida. Os aliados mostraram-se vaci-

lantes nos discursos na tribuna da Câmara. Pelas contas do deputado de Inocêncio, pelo menos 40 governistas estavam no Congresso mas não compareceram para votar.

Para o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), líder do governo na Câmara, a MP seria aprovada com a inclusão de várias reivindicações da base governista. Uma alteração estabeleceria, por exemplo, a isenção para os servidores inativos e pensionistas com mais de 70 anos de idade e aposentados por invalidez no setor público que recebem até R\$ 650. Depois de uma série de negociações entre os líderes e a base governista, esse teto chegou a ser elevado para R\$ 1,2 mil.

Mas o principal ponto estava no desconto de 11% para os aposentados e pensionistas que ganham até R\$ 1,2 mil por mês. Para benefícios acima desse valor, seria criada uma alíquota adicional de 9% que incidiria sobre a parcela que excedesse aos R\$ 1,2 mil. Exemplo: se um servidor recebesse R\$ 2 mil por mês, ele pagaria uma contribuição de 11% sobre os R\$ 1,2 mil, e

20% sobre os R\$ 800 restantes.

Este adicional de 9% teria validade de cinco anos, a partir de 1º de fevereiro de 1999. Os funcionários que ainda estão na ativa continuariam pagando os 11% e também a contribuição adicional. Ao final, nem os governistas se convenceram das propostas da MP e preferiram não votar contra os aposentados.

A equipe econômica considera o déficit na Previdência Social o maior obstáculo ao equilíbrio das contas públicas. Segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso, apenas a área previdenciária conti-

nua com saldos negativos. Ontem, numa reunião no Palácio do Planalto, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), general Benedito

"Isso também vai atrasar a redução das taxas de juros que o País também tanto necessita para reduzir o desemprego."

Onofre Bezerra Leonel, fechou um acordo para que a área militar entrasse no ajuste previdenciário.

"Será modificada a pensão de filhas de militares", garantia o líder do PMDB na Câmara, deputado Geddel Vieira Lima (BA), antes da votação.